Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2024 Nª 25.721 Preço banca: R$ 3,50

Arrecadação federal cresce 9,55% e chega a R$ 231,04 bilhões em julho

A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve recorde para o mês de julho, alcançando R$ 231,04 bilhões, segundo dados divulgados na quinta-feira (22) pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 9,55%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com julho de 2023.

Também é o melhor desempenho arrecadatório para o acumulado de janeiro a julho. No período, a arrecadação alcançou o valor de R$ 1,53 trilhão, representando um acréscimo pelo IPCA de 9,15%.

Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no *site* da Receita Federal.

Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R$ 214,79 bilhões, representando acréscimo real de 9,85%. No acumulado do ano, arrecadação da Receita alcançou R$ 1,45 trilhão, alta real de 9,07%.

Os resultados foram influenciados positivamente pelas variáveis macroeconômicas, resultado do comportamento da atividade produtiva e, de forma atípica, pela tributação dos fundos exclusivos, atualização de bens e direitos no exterior e pelo retorno da tributação do Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre combustíveis.

Ainda, houve aumento da arrecadação no mês em razão da situação de calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul, pela prorrogação dos prazos para o recolhimento de tributos em alguns municípios gaúchos. Por outro lado, a situação levou à perda de arrecadação no acumulado do ano. Página 3

Novo golpe telefônico faz cobrança financeira em nome do Detran-SP

Página 2

Vacina brasileira contra a mpox está próxima dos testes em humanos

Página 4

Receita abre nesta sexta consulta ao 4º lote do IR

A Receita Federal abre, nesta sexta-feira (23), às 10h, a consulta ao quarto lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2024. O pagamento será feito no próximo dia 30 de agosto para 5.347.441 contribuintes.

Neste lote, o valor total das restituições é de mais de R$ 6,8 bilhões. Esse lote contempla também restituições residuais de exercícios anteriores, de contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco.

Do valor total, R$ 469,1 milhões serão destinados a contribuintes com prioridade: 15.077 idosos acima de 80 anos de idade; 84.659 com idade entre 60 e 79 anos; 7.168 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; e 27.372 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Também há 261.019 contribuintes sem prioridade legal, mas que receberão neste lote por terem usado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição por meio de Pix. Foram contemplados ainda 4.904.908 contribuintes não prioritários. Por fim, foram incluídas no lote 47.238 restituições de contribuintes priorizados em razão do estado de calamidade decretado no Rio Grande do Sul.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para *tablets* e *smartphones*.

Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se houver pendência, pode enviar a declaração retificadora, corrigindo as informações equivocadas, e esperar os próximos lotes da malha fina.

O pagamento da restituição é feito diretamente na conta bancária informada pelo contribuinte na declaração, de forma direta ou por indicação de chave Pix. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado – se, por exemplo, a conta foi desativada ou ocorra erro nos dados bancários informados –, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o cidadão pode reagendar o crédito dos valores, em seu nome, pelo Portal BB, ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos). (Agência Brasil)

População brasileira começará a diminuir em 2042, diz IBGE

Foto/Marcello Casal Jr/Arquivo/ABr

Página 4

Pesquisa revela ineficiência da Justiça em casos de massacre no campo

Página 4

São Paulo, Rio e Minas concentram maiores volumes de roubos de cargas

Página 2

Esporte

Kartódromo Granja Viana recebe Mulheres em Ação e AKSP Master Challenge

O Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP) receberá no domingo (25) o GP Empório Santa Nina, válido pela 4ª etapa do KGV Trophy e 8ª etapa do AKSP Master Challenge e Mulheres em Ação, reunindo mais de 100 pilotos a partir das 19h30.

Os líderes do KGV Trophy depois de três etapas são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), Paulo Policeno (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação). Estes mesmos pilotos lideram o AKSP Master Challenge e Mulheres em Ação depois de sete encontros. Página 6

Foto/ Emerson Santos

As *disputas acontecem em todas as partes da pista*

100º Campeonato Paulista Loterias Caixa de Atletismo Adulto reunirá feras do atletismo

O Campeonato Paulista Loterias Caixa de Atletismo Adulto será a grande atração esportiva do fim de semana na capital paulista. Alguns dos melhores nomes da modalidade no estado e também de outras federações participarão da 100ª edição, que faz parte das comemorações do centenário da entidade. Serão 840 atletas de 65 entidades e clubes, representando sete estados brasileiros, que prometem competições de alto nível técnico e muita emoção.

As disputas serão no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), com a programação dividida em seis etapas. Na sexta, as provas começarão a partir das 9h, ficando para as 8h no sábado e 6h30 no domingo, com entrada gratuita ao público. Página 6

Lucas Moraes busca tricampeonato no Rally dos Sertões

Foto/ Red Bull Content Pool

Shakedown *foi realizado e carro está pront*

No último ano, Lucas Moraes, piloto do time oficial da Toyota Gazoo Racing, se consolidou como um dos principais representantes brasileiros no Mundial de Rally Raid, no qual ocupa a terceira colocação geral. Depois de resultados que impressionaram no Dakar, com uma vitória inédita para o Brasil em especiais, o foco do paulistano passa a ser o terceiro título do Rally dos Sertões.

A bem-sucedida dupla formada por Lucas Moraes e Kaíque Bentivoglio, campeã em 2019 e 2022, retorna a parceria para a 32ª edição do principal rally do país com o objetivo de cravar seus nomes pela terceira vez como campeões entre os carros. Página 6

Nic Giaffone encara decisão da USF2000 em rodada tripla para fechar o campeonato

Foto/ Gavin Baker

Nic *Giaffone*

Jovem revelação do automobilismo brasileiro nos Estados Unidos, Nic Giaffone encara a última etapa da USF2000 no desafiador circuito de Portland, no Oregon. O piloto é o terceiro colocado entre os rookies na temporada, apenas um ponto atrás do segundo, e está na oitava colocação geral com 191 pontos. Nic pretende fazer três boas provas neste final de semana para terminar o campeonato entre os primeiros colocados.

"Essa tem sido uma temporada de grande aprendizado para mim, de adaptação ao carro, pneus e o objetivo é fechar o campeonato da melhor maneira possível com a DEForce Racing. Acredito que podemos conseguir posições dentro do top-5 se evoluirmos bem o carro ao longo dos treinos", afirma Giaffone, que foi ao pódio em Indianápolis e Mid-Ohio neste ano. Página 6

Novo golpe telefônico faz cobrança financeira em nome do Detran-SP

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) alerta: golpistas estão se passando por funcionários do órgão para aplicar golpes telefônicos com cobranças financeiras. Dirigidos aos agentes regulados, os telefonemas ameaçam empresas e profissionais credenciados à autarquia com o bloqueio do cadastro caso não efetuem o pagamento pedido.

O Detran-SP não faz cobranças ou ameaças por telefone. Vale lembrar que o órgão, vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), está em processo de transformação digital, com a automação dos serviços prestados à população.

É também por meio digital que uma tentativa de golpe deve ser denunciada. Quem receber uma ligação do tipo deve acessar o Fala SP, canal de comunicação do governo do estado, clicar no botão "Denúncia" e escolher o Detran-SP entre os órgãos listados. Na mensagem, deve relatar o ocorrido.

Se houver informação suficiente, recomenda-se também o registro de um boletim de ocorrência, que apoiará os responsáveis pela investigação do caso. Em nenhuma hipótese realize pagamentos sem se certificar de que a cobrança é verídica.

Sobre o Detran-SP

O Detran-SP trabalha incessantemente para prevenir sinistros e preservar vidas, com a meta de organizar um trânsito mais seguro e harmonioso entre todos os modais. O órgão segue comprometido em oferecer serviços de excelência aos cidadãos, baseados em valores como respeito, integridade, segurança e eficiência.

Atualmente, está implementando a transformação digital para melhorar a qualidade de vida dos paulistas, facilitando o acesso aos serviços públicos. Cerca de 93% dos atendimentos realizados nas unidades do Detran-SP integradas ao Poupatempo são feitos de forma digital.

Como o maior órgão executivo de trânsito do país, o Departamento de Trânsito Paulista é responsável por 28% da frota brasileira, com mais de 35 milhões de veículos registrados e mais de 25 milhões de motoristas habilitados em todo o estado. Mensalmente, emite aproximadamente 400 mil Carteiras Nacionais de Habilitação (CNHs) e 1,2 milhão de Certificados de Registro e Licenciamento Veicular (CRLVs). Em média, são emitidos mais de 136 mil documentos por dia.

Governo concede R$ 132,5 mi em bônus a profissionais das Fatecs e Etecs

Em visita à 15ª edição da Feira Tecnológica do Centro Paula Souza (Feteps), na capital, o governador Tarcísio de Freitas assinou na quarta-feira (21) decreto que concede R$ 132,5 milhões em pagamento de Bonificação por Resultados (BR) aos servidores da autarquia. Serão beneficiados 18.643 funcionários do Centro Paula Souza (CPS), entre os quais 14.685 professores de Etecs (Escolas Técnicas Estaduais) e Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado) e mais 3.958 pessoas em cargos administrativos.

O benefício reconhece o empenho técnico de docentes e de todos os funcionários da instituição em 2023, com bons resultados para a rede de ensino. Segundo os últimos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgados na semana passada, das 100 escolas públicas com melhor desempenho no estado, 73 são Etecs. A média das escolas técnicas paulistas no índice Ideb foi de 5,6, superior à meta de 5,2 estabelecida pelo Governo Federal.

"Algumas instituições ganham alma pela trajetória que desenvolvem, além dos resultados que geram, pessoas que formam e tradição que criam. O Centro Paula Souza é uma dessas instituições e é por isso que sou cada vez mais fã. Acabamos de assinar esse decreto do bônus e em breve vamos deliberar sobre o plano de carreira, algo que é prioridade para uma instituição que merece ser reconhecida", afirmou o governador.

A solenidade contou ainda com a presença do secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, da diretora-superintendente do CPS, Laura Laganá, e do presidente da Assembleia Legislativa, André do Prado, entre outras autoridades.

Tarcísio também elogiou os projetos inovadores que conheceu durante visita à feira no SPExpo, na zona sul da capital. "É impressionante o que estão produzindo, me deixa extremamente emocionado porque a gente vê quanto talento vai servir à nossa sociedade", completou.

O evento reúne 132 trabalhos elaborados por estudantes dos cursos coordenados pelo CPS e de algumas instituições convidadas, para incentivar o empreendedorismo e a inovação ao promover a integração entre os estudantes a investidores interessados em projetos de impacto social.

Feteps

As Etecs, Fatecs e o Grupo de Estudo de Educação a Distância (Geead) do CPS apresentam 112 projetos, norteados pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), que fazem parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Os demais trabalhos foram produzidos por instituições de Educação Profissional e Tecnológica nacionais e internacionais.

No estande oficial do CPS é possível conhecer parte da estrutura da instituição, como laboratórios e salas maker das unidades, em uma exposição fotográfica, além de departamentos e programas como a Inova CPS, com a Escola de Inovadores, o CPS Carreiras e a Unidade de Recursos Humanos (URH), entre outros.

Avaliação e premiação

Os projetos serão avaliados por uma comissão de mais de 70 jurados, que vão levar em conta critérios como criatividade, inovação, viabilidade econômica e sustentabilidade. Os autores dos cinco trabalhos mais bem avaliados ganharão celulares de última geração, notebooks e tablets.

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Triplo empate técnico [com margem de erro de 3 pontos percentuais] obtido pela pesquisa da Datafolha dá um alto crescimento pro Pablo Marçal (PRTB) e tudo o que o vereador-presidente Milton Leite (dono paulista do União) precisava pra apoiá-lo num 2º turno

.

PREFEITURA

Datafolha apresentou, com alta margem de erro [3 pontos percentuais] sua 1ª pesquisa após as candidaturas registradas no TRE-SP. Boulos (PSOL) subiu de 22 pra 23% de intenções de votos. O 'não político' Marçal (PRTB) escalou de 14 pra 21 %. O prefeito Nunes (MDB) ...

.

(São Paulo)

... caiu de 23 pra 19%. Datena (PSDB) caiu de 14 pra 10% e Marina (Novo) manteve 4% das intenções de votos. Voto brancos, nulos e nenhum dos concorrentes foram 8% e não sabem 4%. Em tese, pode haver 12% do eleitorado que hoje decidiria quem vai ao 2º turno

.

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio Freitas (Republicanos) segue pedindo a quem literalmente o elegeu governador em 2022 [o ex-presidente Bolsonaro - PL] que faça o mesmo com o prefeito Nunes (MDB) em 2024. A única diferença é que seria uma reeleição e não uma 1ª eleição

.

CONGRESSO (Brasil)

Agora que existe a PEC das anistias pros partidos políticos que não cumpriram as porcentagens de dinheiro pra candidaturas femininas, além daquelas de pretos(as) e pardos(as), lembremos que começam a valer nas eleições 2024. E pras candidaturas LGBT+ ?

.

PRESIDÊNCIA

Situação difícil pra Lula (dono do PT), amigo pessoal do Maduro. O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela [órgão no qual o ditador manda] declarou [sem nenhuma possibilidade de mudar a decisão] a 'vitória' do atual presidente, apesar das muitas provas [coletadas ...

.

(Brasil)

... durante a eleição presidencial] que demonstram e que foram aceitas pela ONU, OEA e maioria dos países com alguma democracia, ter havido fraudes eleitorais a favor do ditador [desde 2013], dando cerca de 52% dos votos pro Maduro e cerca de 44% pra oposição

.

ANO 32

O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, esta coluna de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" **João 3:16**

São Paulo, Rio e Minas concentram maiores volumes de roubos de cargas

A Região Sudeste registrou o maior índice de roubos de carga no país, no primeiro semestre deste ano, com 80,6% do total nacional de prejuízos, englobando cargas diversas e gêneros alimentícios. Em igual período de 2023, a região concentrou 82,8% das ocorrências.

Os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram os destaques no primeiro semestre de 2024, 47,2%, 18,7% e 14,2% dos prejuízos, respectivamente, confirmando a liderança que se repete já há alguns anos nesse tipo de crime, devido à grande circulação de mercadorias e à concentração do Produto Interno Bruto (PIB) na região.

Juntos, os três estados somaram 81,4% do total de prejuízos do Sudeste, entre janeiro e junho de 2024. A estimativa é que as perdas por roubos de carga tenham representado para todo o mercado brasileiro, em valores econômicos, entre R$ 1,3 bilhão e R$ 1,5 bilhão por ano, na última década.

Os dados foram divulgados no relatório Análise de Roubo de Cargas, da nstech, plataforma integrada de soluções de tecnologia para logística, que trabalha com softwares (programas de computador) e gestão de risco no monitoramento de roubos de cargas para as maiores empresas transportadoras e embarcadoras do país. O monitoramento das cargas corresponde a 50% do market share (fatia de mercado) do segmento.

"O nosso trabalho é prevenir o roubo de carga através de uma série de ferramentas", disse na última quarta-feira (21) à Agência Brasil o vice-presidente de Inteligência de Mercado da nstech, Maurício Ferreira. Os dados apurados são levados para os softwares, onde a nstech começa a controlar os locais que apresentam casos de tentativas de roubos, abordagens e roubos consolidados.

Quadrilhas organizadas

Maurício Ferreira informou que outro motivo que torna o Sudeste o maior foco dos roubos de carga no país é que a região concentra quadrilhas organizadas e especializadas nesse tipo de atividade, "mais fortes e que têm facilidade de escoamento". Segundo ele, São Paulo detém mais de 50% do risco, com maior facilidade de a quadrilha "desovar" a carga roubada. "Para a quadrilha, é muito vantajoso fazer as abordagens nesses locais."

Em segundo lugar nos roubos de carga aparece a Região Nordeste, com 15,8% dos prejuízos, mostrando aumento de 10 pontos percentuais comparativamente ao mesmo período do ano passado. "Foi o Maranhão que ajudou a puxar para cima o resultado desse primeiro semestre", afirmou o vice-presidente de Inteligência de Mercado. De acordo com ele, no caso do Maranhão, foram duas realizadas das operações específicas englobando cargas de gêneros alimentícios e de defensivos agrícolas.

A partir das medidas de proteção adotadas, o roubo no Maranhão foi controlado, embora tenha impactado no resultado geral do semestre. O Maranhão saltou de 0,4% do total de prejuízos em 2023 para 7,5% em 2024, ocupando a quarta posição do ranking, entre os estados com maior prejuízo.

Cenários

As cargas de baixo valor agregado, ou cargas de distribuição (feitas pelo comércio eletrônico, de mais baixo valor agregado), têm roubos efetuados com maior frequência entre as 6h e as 12h, quando ocorre um volume grande de entregas. "Quando a gente fala das cargas de alto valor agregado [de R$ 1,5 milhão a R$ 2 milhões de eletrônicos e acima disso], os ladrões atuam normalmente com os caminhões parados nos postos de gasolina, porque entram com toda uma parte de desestabilizar o rastreamento, ou seja, com uma estratégia mais robusta que demanda esse tipo de ação", disse Ferreira. Essas cargas de alto valor agregado geralmente são roubadas após as 22h.

De acordo com o relatório, as madrugadas e as noites foram os períodos mais críticos no primeiro semestre de 2024, representando 58,9% dos prejuízos. As madrugadas concentraram 31,1% dos sinistros, com expansão de 11,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2023 (20%), enquanto as noites totalizaram mais de um quarto dos prejuízos (27,8%), com aumento de 4,7 pontos percentuais em comparação ao ano anterior. O domingo concentra muito os roubos de cargas de alto valor agregado, com maior volume de exposição, porque os veículos pernoitam e aguardam a segunda-feira para realizar as entregas aos clientes, enquanto as quintas-feiras representam maior número de roubos de cargas de menor valor agregado.

Mais da metade dos prejuízos (58,4%) resultaram de operações com cargas diversas/fracionadas (produtos diferentes em um mesmo caminhão), seguidos de gêneros alimentícios (22,6%). Juntos, esses dois tipos de carga representaram 81% dos prejuízos, no primeiro semestre deste ano, contra 66,1% no mesmo período de 2023.O terceiro lugar coube aos eletrônicos (9%), que tiveram alta de 4,9 pontos percentuais na comparação com o primeiro semestre do ano passado. As áreas urbanas registraram maior incidência de roubo (21,6%).

Considerando os trechos urbanos, as rotas com os maiores prejuízos foram observadas dentro dos estados do Rio de Janeiro (29,1%) e de São Paulo (22,7%). Em 2024, os trechos mais vulneráveis foram os que ligam Santa Catarina a São Paulo, com 28,9% dos sinistros.

BR-116

Entre as rodovias, o destaque foi para a BR-116, que liga os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e que totalizou 19% dos prejuízos com carga diversa/fracionada no primeiro semestre de 2024, contra 6% das incidências, em 2023. A liderança nos primeiros seis meses de 2023 era da BR-050, que liga Brasília a Santos, com 7% de prejuízo. Em 2024, a BR-050 respondeu por 2,4% dos prejuízos.

Maurício Ferreira destacou que a BR-116 detém o maior volume de carga transportada do país. Ele atribuiu os roubos na rodovia ao fato de as quadrilhas organizadas fazerem suas abordagens na via para ficarem mais próximas dos grandes centros, "principalmente São Paulo e Rio, para dar vazão rápida à carga que for roubada e que as comprometa se forem pegas com o roubo em flagrante".

Ainda em relação às cargas diversas/fracionadas, a cidade do Rio de Janeiro apresentou maior registro de roubos (9,6%), superando a capital paulista (6,5%). (Agência Brasil)

SP participa de Feirão do Turismo com oferta de pacotes de viagem para 10 destinos

A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP) participa de um dos maiores eventos de promoção e venda de viagens de São Paulo e do Brasil: o 1º Feirão do Turismo – Conheça o Brasil, liderado pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Conselho Nacional do Turismo. São produtos e roteiros turísticos à disposição do público em eventos presenciais que acontecem em 15 cidades brasileiras, e em formato online, nos dias 24, 25 e 26, nas plataformas digitais das empresas participantes.

Em São Paulo, as vendas acontecem presencialmente no próximo dia 24, no Mercado Municipal, com um espaço exclusivo da Setur-SP para receber produtores rurais da gastronomia regional, representantes do artesanato paulista e promover destinos do estado, além da venda de passagens aéreas com desconto da Gol, Azul e Latam. São Paulo vende os destinos de Atibaia, Olímpia, Campos de Jordão, Aparecida, São Paulo, Ilhabela, Holambra, Quilombo da Fazenda (Ubatuba), Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora), Centro Cultural Afrobrasileiro e Biblioteca Zumbi dos Palmares (Taubaté).

"O Feirão é uma grande oportunidade para que as empresas e profissionais do setor se apresentem aos consumidores e façam bons negócios. São Paulo tem excelentes destinos de lazer com vocação cultural, gastronômica, religiosa, entre outras", afirma Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo. A Caixa e o Banco do Brasil também oferecem condições especiais de crédito aos turistas.

O objetivo do evento é aumentar o fluxo de visitantes em destinos do litoral e interior, especialmente na baixa temporada. Estima-se que 46,7 milhões de brasileiros e 2,2 milhões de estrangeiros visitem o Estado de São Paulo este ano, o maior fluxo total desde o início da pandemia, segundo o Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), ligado à Setur-SP.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Arrecadação federal cresce 9,55% e chega a R$ 231,04 bilhões em julho

A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve recorde para o mês de julho, alcançando R$ 231,04 bilhões, segundo dados divulgados na quinta-feira (22) pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 9,55%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com julho de 2023.

Também é o melhor desempenho arrecadatório para o acumulado de janeiro a julho. No período, a arrecadação alcançou o valor de R$ 1,53 trilhão, representando um acréscimo pelo IPCA de 9,15%.

Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no *site* da Receita Federal.

Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R$ 214,79 bilhões, representando acréscimo real de 9,85%. No acumulado do ano, arrecadação da Receita alcançou R$ 1,45 trilhão, alta real de 9,07%.

Os resultados foram influenciados positivamente pelas variáveis macroeconômicas, resultado do comportamento da atividade produtiva e, de forma atípica, pela tributação dos fundos exclusivos, atualização de bens e direitos no exterior e pelo retorno da tributação do Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre combustíveis.

Ainda, houve aumento da arrecadação no mês em razão da situação de calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul, pela prorrogação dos prazos para o recolhimento de tributos em alguns municípios gaúchos. Por outro lado, a situação levou à perda de arrecadação no acumulado do ano. O estado foi atingido por enchentes nos meses de abril e maio, o pior desastre climático da sua história, com a destruição de estruturas e impacto a famílias e empresas. Dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados.

"Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria um crescimento real de 6,77% na arrecadação do período acumulado e de 8,28% na arrecadação do mês de julho", informou a Receita Federal.

Receitas atípicas

No acumulado do ano, a Receita Federal estima em R$ 7,3 bilhões a perda de arrecadação com o deferimento de tributos federais em razão dos decretos de calamidade pública dos municípios do Rio Grande do Sul.

Considerando apenas o mês de julho, houve uma receita extra de R$ 700 milhões pela prorrogação dos prazos para o recolhimento de tributos em alguns municípios gaúchos. Contribuições previdenciárias com vencimentos em abril, maio e junho de 2024 foram postergadas para julho, agosto e setembro de 2024, respectivamente. Enquanto o Simples Nacional com vencimento em maio foi postergado para junho e o com vencimento em junho foi postergado para julho.

Contribuindo para melhorar a arrecadação, em julho, houve recolhimento extra de R$ 270 milhões do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Rendimentos de Capital, referente à tributação de fundos exclusivos, o que não ocorreu no mesmo mês de 2023. De janeiro a julho, essa arrecadação extra chegou a R$ 13 bilhões. A lei que muda o Imposto de Renda incidente sobre fundos de investimentos fechados e sobre a renda obtida no exterior por meio de *offshores* foi sancionada em dezembro do ano passado.

Ainda assim, no total do mês de julho, a arrecadação do IRRF-Rendimento de Capital teve redução de 1,11% em relação a julho de 2023, alcançando R$ 8,75 bilhões, resultado, principalmente, da queda de receitas de aplicações e fundos de renda fixa. Já no acumulado do ano, a arrecadação com esse item chega a R$ 81,93 bilhões, crescimento real de 17,83%, sendo R$ 13 bilhões decorrentes da tributação dos fundos exclusivos.

Com base na mesma lei das *offshores,* as pessoas físicas que moram no Brasil e mantêm aplicações financeiras, lucros e dividendos de empresas controladas no exterior tiveram até 31 de maio para atualizar seus bens e direitos no exterior. Com isso, no acumulado do ano, o Imposto de Renda Pessoa Física apresentou uma arrecadação de R$ 45,36 bilhões, com crescimento real de 18,14%. Só com a regularização, foram arrecadados R$ 7,49 bilhões.

A reoneração das alíquotas do PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) sobre combustíveis contribuiu para evitar a perda de arrecadação. Em julho de 2023, a desoneração com esses tributos foi de R$ 3 bilhões.

Por outro lado, em julho de 2023 houve receita de R$ 1,07 bilhão do imposto de exportação de óleo bruto, o que não houve em julho deste ano. No acumulado do ano de 2024, a perda de arrecadação com esse item chegou a R$ 3,57 bilhões do imposto de exportação sobre óleo bruto, a qual integrava essa agregação.

Outros destaques

Também foram destaque da arrecadação de julho o PIS/Pasep e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R$ 45,26 bilhões no mês passado, representando crescimento real de 22,04%. No acumulado do ano, o PIS/Pasep e a Cofins arrecadaram R$ 302,46 bilhões. O desempenho é explicado, entre outros aspectos, pelo retorno da tributação incidente sobre os combustíveis e pela atividade produtiva, com aumento na venda de bens e serviços.

No mês passado, houve crescimento de recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. A arrecadação somou R$ 52,15 bilhões, com crescimento real de 6,2% sobre o mesmo mês de 2023. O resultado é explicado pelo acréscimo real de 8,04% na arrecadação do balanço trimestral e de 9,67% do lucro presumido.

Já a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R$ 53,559 bilhões em julho, com crescimento real de 6,04%. Esse resultado se deve à alta real de 5,81% da massa salarial e à postergação do pagamento para municípios gaúchos, além do crescimento de 15% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, no período de janeiro a julho de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano, a Receita Previdenciária teve aumento real de 5,45%, chegando a R$ 371,69 bilhões.

Indicadores macroeconômicos

A Receita Federal apresentou os principais indicadores macroeconômicos que ajudam a explicar o desempenho da arrecadação no mês, todos positivos.

Entre eles, estão o crescimento da venda de bens e serviços, respectivamente, em 2% e 1,3% em junho (fator gerador da arrecadação de julho) e alta de 3,58% e 1,38% entre dezembro de 2023 e junho de 2024 (fator gerador da arrecadação do período acumulado).

A produção industrial também subiu 5,63% em junho passado e 2% no período acumulado. O valor em dólar das importações, vinculado ao desempenho industrial, teve alta de 18,39% em junho de 2024 e de 5,54% entre dezembro de 2023 e junho deste ano.

Também houve crescimento de 10,28% da massa salarial em junho e de 11,38% no acumulado do encerrado no mês. (Agência Brasil)

Entenda proposta aprovada sobre reoneração da folha de pagamento

Empresas de 17 setores da economia e municípios com menos de 156 mil habitantes poderão ter que voltar a pagar imposto previdenciário sobre a folha de pagamento a partir do ano que vem. A proposta que prevê a reoneração gradual da folha de pagamento foi aprovada no Senado na última terça-feira (20), mas ainda terá que passar por análise da Câmara dos Deputados e sanção presidencial para começar a valer.

A política de desoneração foi criada em 2011 como forma de cobrar menos imposto de empresas de setores específicos. Em vez de pagar 20% de INSS relativo aos funcionários com carteira assinada, as empresas beneficiadas podem optar pelo pagamento das contribuições sociais sobre a receita bruta, com alíquotas de 1% a 4,5%.

O projeto aprovado no Senado mantém a desoneração da folha de pagamento para esses setores integralmente em 2024 e prevê a reoneração gradual entre 2025 e 2027. Neste período, também haverá redução gradual da cobrança de imposto sobre o faturamento das empresas.

Segundo o projeto, a partir de 2025 a tributação sobre a folha terá alíquota de 5%. Em 2026, serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração. Durante toda a transição, a folha de pagamento do décimo terceiro salário continuará integralmente desonerada.

No ano passado, o Congresso havia aprovado a manutenção da desoneração da folha até 2027, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou trechos da Lei 14.784, de 2023. O Congresso derrubou o veto e o governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal, que deu prazo até 11 de setembro para que o Congresso e o Executivo buscassem um acordo sobre a desoneração.

A ideia inicial da política de desoneração da folha de pagamento era reduzir os encargos trabalhistas e estimular a contratação de empregados por esses setores, tidos como os maiores empregadores.

Empresários alegam que o fim da desoneração poderá implicar redução de postos de trabalho. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, considera a desoneração total da folha de pagamentos de alguns setores como "privilégio" e afirma que a medida, que seria temporária, não cumpriu o objetivo de aumentar as vagas de emprego.

Um artigo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que os setores beneficiados pela medida não são os que mais empregam no país, assim como não figuram entre os campeões de criação de trabalho com carteira assinada nos últimos 10 anos.

Os setores beneficiados são: calçados, *call center*, comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

O texto aprovado no Senado também prevê oito medidas para compensar a perda de arrecadação da União com a desoneração. Segundo o Ministério da Fazenda, o impacto da desoneração da folha de pagamentos em 17 setores da economia e em pequenos municípios será de R$ 18 bilhões em 2024.

As medidas foram incorporadas ao projeto após acordo entre o governo e o Congresso.

Entre as soluções temporárias propostas estão a captura de depósitos esquecidos em contas judiciais por mais de cinco anos, a abertura de novo prazo de repatriação de recursos no exterior com taxas menores, a possibilidade de regularização na declaração de Imposto de Renda, com desconto na cobrança e um programa de descontos para empresas que tenham multas vencidas em agências reguladoras. (Agência Brasil)

Brasil só tem dados sobre condições de metade do estoque pesqueiro

O Brasil desconhece a real situação de 48% das espécies de peixes alvo da pesca comercial brasileira. A conclusão consta do 4º Relatório Auditoria da Pesca, elaborado por técnicos e colaboradores da organização não governamental (ONG) Oceana, a partir de informações setoriais relativas a 2023.

Divulgado na quinta-feira (22), o documento aponta que - até o ano passado - o país dispunha de informações necessárias para dimensionar o tamanho do estoque de apenas 52% das 135 espécies de interesse econômico analisadas durante a elaboração do relatório, incluindo informações relativas à mortalidade por pesca e biomassa.

"Dos 135 estoques pesqueiros marinhos estudados, só 70 possuem avaliação quantitativa, fruto de projetos de pesquisa concluídos em 2022", afirmam os responsáveis pelo documento, destacando que houve, em 2023, uma pequena melhora em comparação a 2022, quando foram constatados dados adequados sobre apenas 49% das espécies legalmente comercializadas no país.

"De forma geral, dados estatísticos sobre a pesca seguem sem ser coletados, compilados e publicados pelo governo", concluem os responsáveis pelo relatório, destacando que a falta de informações confiáveis prejudica a tomada de decisões que poderiam ajudar a otimizar a produção nacional.

Os técnicos e colaboradores da Oceana reconhecem que, desde 2020, quando a organização passou a dedicar mais atenção ao tema para elaborar o 1º Relatório Auditoria da Pesca - divulgado em 2021 - houve uma gradativa melhora na administração das frotas e dos recursos pesqueiros, bem como maior transparência na divulgação dos dados existentes.

Ainda assim, para eles, a gestão pesqueira "continua mal administrada, com regramentos defasados, uma desconectada visão de longo prazo" e, ao contrário da agropecuária brasileira, é "incapaz de demonstrar sua importância econômica por meio de dados concretos, como volumes de produção, receitas e empregos gerados".

Insustentável

Das 70 espécies sobre as quais os responsáveis pelo relatório encontraram informações suficientes e adequadas, 46 (ou 66%) estão sobrepescadas, ou seja, dois a cada três destas espécies são capturadas em volumes superiores as suas respectivas capacidades naturais de reprodução, estando, portanto, em situação negativa.

O impacto negativo da atividade para a biodiversidade é potencializado pela chamada captura incidental (*bycatch*), ou seja, não intencional por afetar espécie sem valor comercial ou indivíduo que não corresponde às características desejadas. De 21.242 embarcações pesqueiras cujas inscrições foram analisadas, poucas adotam medidas capazes de reduzir o problema de forma significativa.

O relatório também aponta que, das 135 espécies ou estoques pesqueiros cuja situação é melhor conhecida, apenas seis (ou 4% do total) possuíam, em 2023, limites de captura formalmente definidos e 11 (8%) estavam submetidas a planos de gestão. "Isso significa que as pescarias e os estoques pesqueiros do país continuam, em sua grande maioria, extremamente mal administrados, com regramentos defasados e com uma gestão desconectada de visões de longo prazo", apontam os responsáveis pela publicação.

Política

Assim como nas três edições anteriores, o Relatório Auditoria da Pesca aborda questões políticas e institucionais que dizem respeito à administração pesqueira, mas, pela primeira vez, a equipe responsável se propôs a analisar em detalhes o orçamento federal destinado ao segmento.

"É sabido que, sem um mínimo de recursos ou estrutura, não há como fazer políticas públicas de qualidade. Desta forma, entender quanto e como os recursos públicos são alocados pode dar uma boa ideia da importância que diferentes governos atribuem à pesca em nosso país", explica o diretor-geral da Oceana no Brasil, Ademilson Zamboni, no texto de apresentação do relatório.

Em 2023, com o início da atual gestão federal e a recriação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a União previa destinar R$ 188,7 milhões em orçamento para promover ações de desenvolvimento da pesca e da aquicultura e para registro, monitoramento e pesquisa, incluindo subvenções econômicas ao setor.

Segundo a Oceana, o total de recursos federais inicialmente alocados para o segmento em 2023 significou um aumento de mais de mil por cento nos R$ 15,3 milhões que estavam previstos no orçamento aprovado em 2022, ainda durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Mesmo com esse salto expressivo, o MPA segue sendo um dos menores ministérios em termos orçamentários, estando à frente somente do Ministério das Mulheres, da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e do Ministério da Igualdade Racial", apontam os autores do relatório.

Recursos

Além disso, segundo eles, dos R$ 188,7 milhões a que tinha direito no ano passado, o Ministério da Pesca e Aquicultura havia executado, até a conclusão do relatório, apenas 23% ou cerca de R$ 43,25 milhões - muito embora tenha empenhado, ou seja, assumido o compromisso de usar tais recursos para efetuar pagamentos futuros, mais de 99% de todo seu orçamento disponível. Para 2024, o orçamento do MPA foi ampliado para cerca de R$ 350 milhões, um cresci- mento de 85% em relação ao montante de 2023

Por fim, os responsáveis pelo relatório apontam como positiva a retomada - a partir do início de 2023 - da gestão pesqueira compartilhada entre o MPA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) - orientação política que, conforme lembram eles, já tinha vigorado entre os anos de 2009 e 2019, até que o Ministério da Pesca foi extinto e transformado em uma secretaria especial no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

"Em 2023, teve início um novo governo que, rapidamente, promoveu profundas mudanças na administração pesqueira, tais como a retomada da "gestão compartilhada" e a recriação do MPA. É de se esperar, portanto, que instituições e seus profissionais levem um certo tempo organizando-se internamente, e que isso retarde processos e dificulte avanços mais significativos já no primeiro ano da nova gestão. Se, por um lado, este fato demanda certa compreensão àqueles que analisam o desempenho da gestão, por outro reforça que a estrutura da administração pesqueira no país é instável (sobretudo durante as trocas de governo), e que isso compromete a continuidade de programas, ações e atividades finalísticas", concluem os responsáveis pelo documento.

Propostas

Feito o diagnóstico, os técnicos e colaboradores da Oceana sugerem a atualização da chamada Lei da Pesca, (Lei nº 11.959), em vigor desde 2019.

"Uma adequada política de Estado para a pesca, amparada em um marco regulatório de melhor qualidade e espelhando uma visão de futuro – o que não é o caso do marco atual – seria indispensável para blindar as atividades finalísticas de gestão das turbulências provenientes das disputas políticas, da luta por poder, por cargos e orçamentos federais construídos às custas das contribuições da sociedade", apontam os responsáveis, defendendo a modernização da lei com participação social e fundamentos científicos.

Eles também recomendam a construção de um plano nacional para produção de estatísticas pesqueiras, com auxílio de instituições e especialistas; a retomada do monitoramento e da coleta de dados a bordo das embarcações pesqueiras; tornar regular os processos de avaliação dos estoques pesqueiros e relacionar esses dados a políticas efetivas de gestão como, por exemplo, os limites de captura e que se busquem alternativas para reduzir a instabilidade institucional crônica do setor, por meio da criação de uma autarquia. (Agência Brasil)

População brasileira começará a diminuir em 2042, diz IBGE

A população brasileira começará a diminuir a partir de 2042, segundo projeções divulgadas na quinta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, em 2041, o Brasil deverá atingir seu número máximo de habitantes, estimado em 220,43 milhões de pessoas.

De acordo com o IBGE, a previsão é de que a taxa de aumento populacional, que em 2024 deverá ser de cerca de 0,4%, diminua gradativamente até 2041. A partir de 2042, o índice de queda da população também deve cair de forma gradual e se aproximar de 0,7% ao ano em 2070, quando o total de habitantes do país deverá alcançar 199,23 milhões.

"No início dos anos 2000, a gente tinha uma taxa de crescimento acima de 1%. Estamos nos aproximando de zero. Em se tratando de Brasil, isso se dá principalmente pelo saldo de nascimentos e mortes. Nesse ponto, em 2042, o número de óbitos superaria os nascimentos", afirma o pesquisador do IBGE Marcio Minamiguchi.

Três estados já devem começar a perder população ainda nesta década: Alagoas e Rio Grande do Sul (em 2027) e Rio de Janeiro (em 2028). Dois estados ainda devem manter crescimento populacional até a década de 2060: Roraima e Santa Catarina (até 2063). A população de Mato Grosso deverá continuar crescendo pelo menos até 2070 (o IBGE não projeta além desta data).

A previsão anterior, de 2020, era de que a população brasileira só começasse a cair em 2048, depois de atingir o pico de 233,23 milhões de pessoas em 2047 – ou seja, quase 13 milhões a mais e seis anos mais tarde do que a nova projeção).

As projeções divulgadas na quinta-feira se baseiam nas novas estimativas populacionais feitas pelo IBGE, com base nos dados do Censo 2000, 2010 e 2022, na Pesquisa de Pós-Enumeração do Censo (PPE, que corrigiu inconsistências do levantamento demográfico de 2022) e nos registros de nascimento, mortes e migração no pós-pandemia.

Estima-se, por exemplo, que a população do Brasil era de 210.862.983, em 1º de julho de 2022, acima dos 203 milhões calculados inicialmente pelo Censo 2022, um ajuste de 3,9%.

De acordo com Minamiguchi, a queda de população tem relação com a redução da taxa de fecundidade da mulher brasileira. Em 2023, a taxa chegou a 1,57 filho por mulher, bem abaixo da taxa considerada adequada para a reposição populacional (2,1 filhos por mulher).

Em 2000, o Brasil superava essa taxa, com 2,32 filhos por mulher, o que indicava a perspectiva de crescimento populacional para as décadas seguintes. Cinco anos depois, a taxa já havia caído para 1,95 filho, passando para 1,75 em 2010, 1,82 em 2015 e 1,66 em 2020.

Em 2000, apenas a região Sudeste estava ligeiramente abaixo da taxa de reposição, com 2,06 filhos por mulher. Em 2015, apenas a região Norte mantinha-se acima dessa taxa, com 2,16 filhos por mulher. Em 2020, já não havia nenhuma região com taxa acima de 2,1.

"Essa queda da fecundidade tem um histórico mais longo. Ela ganhou força na metade da década de 1960. Para a gente ter uma ideia, essa taxa, em 1960, era de 6,28 filhos por mulher", disse a pesquisadora do IBGE Marla França.

Entre as unidades da federação, apenas Roraima ainda mantém taxa de fecundidade acima do nível de reposição em 2023, com 2,26 filhos por mulher. A menor taxa estava no Rio de Janeiro (1,39).

A projeção é de que a taxa de fecundidade no país continue a cair até 2041, quando deverá atingir a 1,44 filho por mulher, apresentando, depois disso, ligeiro aumento até 2070, quando chegará a 1,5.

O número de nascimentos, por ano, que era de 3,6 milhões em 2000, passou para 2,6 milhões em 2022 e deve chegar a 1,5 milhão em 2070.

As novas projeções do IBGE também indicam aumento da idade média da maternidade. Em 2000, as mulheres tinham filhos com 25,3 anos, em média. Vinte anos depois, essa idade média passou para 27,7 anos. A previsão é de que, em 2070, chegue a 31,3 anos.

"Ao longo do tempo, a gente percebe que a fecundidade está envelhecendo. Hoje a gente tem a maior parte das mulheres tendo filhos de 25 a 29 anos. Isso se deve ao adiamento da maternidade que essas mulheres têm feito", ressalta a pesquisadora do IBGE Luciene Longo. (Agência Brasil)

Vacina brasileira contra a mpox está próxima dos testes em humanos

O Centro de Tecnologia de Vacinas (CTVacinas) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) informou estar próximo de iniciar a última etapa no desenvolvimento de uma vacina nacional contra a mpox, os testes em humanos. "A equipe está produzindo o chamado Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) para enviar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, assim, receber o sinal verde para começar os testes em humanos", informou.

O imunizante brasileiro ganhou maior projeção depois que a mpox foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) emergência em saúde pública de importância internacional, em razão do risco de disseminação global e de uma potencial nova pandemia. A vacina nacional, entretanto, já vinha sendo desenvolvida há 2 anos, desde a primeira emergência global provocada pela doença.

De acordo com a UFMG, a dose brasileira utiliza um vírus atenuado e não replicativo, o que torna o imunizante "extremamente seguro", inclusive para uso entre imunossuprimidos e gestantes. Os testes iniciais da vacina, segundo a universidade, apresentaram bons resultados, demonstrando "indução de neutralizantes, resposta celular e resposta robusta contra a doença".

Nas redes sociais do CTVacinas, a líder da Plataforma de Vetores Virais e Expressão de Célula Eucariota, Karine Lourenço, explicou que, durante a fase de pesquisa, a vacina demonstrou ser "protetora e esterilizante".

Segundo ela, o país já é capaz de produzir em larga escala a cepa atenuada do vírus vaccinia, gênero causador da doença. "Estamos prontos, em pouquíssimo tempo, para poder submeter essa vacina à Anvisa. E, quem sabe aí, o ensaio clínico".

Esta semana, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) informou que o imunizante nacional contra a mpox figura como uma das prioridades da Rede Vírus, comitê de especialistas em virologia criado para o desenvolvimento de diagnósticos, tratamentos, vacinas e produção de conteúdo sobre vírus emergentes no Brasil.

Em nota, a pasta destacou que, em 2022, o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos doou para a UFMG material conhecido como semente do vírus da mpox, uma espécie de ponto de partida para o desenvolvimento do insumo farmacêutico ativo (IFA), matéria-prima utilizada na produção do imunizante.

"No momento, a pesquisa está na fase de estudo para o aumento da produção, verificando a obtenção de matéria-prima para atender a demanda em grande escala", informou o ministério.

A dose, segundo a pasta, é composta por um vírus semelhante ao da mpox, atenuado através de passagens em um hospedeiro diferente, até que perdesse completamente a capacidade de se multiplicar em hospedeiros mamíferos, como o ser humano. (Agência Brasil)

Investimentos intensivos da Sanepar ajudam o Paraná a ser estado mais sustentável do País

O trabalho da Sanepar teve impacto direto e positivo no resultado do Ranking de Competitividade dos Estados, divulgado na quarta-feira (21), que mostra que o Paraná ocupa a primeira colocação no pilar de Sustentabilidade Ambiental. Os investimentos intensivos em obras de implantação e ampliação dos sistemas de coleta e tratamento do esgoto refletem a melhoria e a qualidade de vida da população e a melhoria da qualidade ambiental das cidades.

Atualmente 100% do esgoto coletado nos sistemas operados pela Sanepar recebem tratamento, contribuindo para que o Paraná se mantenha no primeiro lugar como o Estado mais sustentável por quatro anos consecutivos.

Embora o ranking aponte somente os resultados de 2022, outros pilares que tratam da infraestrutura e da sustentabilidade social também contam com o bom desempenho da Companhia de Saneamento. O acesso à água tratada e ao sistema de tratamento de esgoto indica que o Paraná caminha fortemente rumo à universalização dos serviços. O ranking revelou ainda que o Paraná tem um ótimo desempenho no controle da perda de água do País. De acordo com o último relatório do Instituto Trata Brasil, a Sanepar tem um dos menores índices de desperdício do Brasil.

Divulgado anualmente, o ranking leva em consideração 99 indicadores agrupados em 10 eixos estratégicos (pilares) nas áreas de infraestrutura, sustentabilidade social e ambiental, inovação, capital humano, além da segurança pública, educação, e a eficiência da máquina pública. O estudo é realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com a consultoria Tendências e a startup Seall.

Presente em 344 cidades do Paraná, a Sanepar apresenta indicadores acima da média nacional. Neste ano, a Sanepar foi considerada a melhor do mundo, recebendo o Prêmio Campeões do ODS 6, promovido pela Global Water Intelligence e pelo Global Water Leaders. Ele reconhece os esforços da empresa para atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6) da Organização das Nações Unidas (ONU): Água Potável e Saneamento - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

Na semana passada, a Sanepar foi reconhecida ainda como como uma das prestadoras de serviços de água e esgoto mais inspiradoras no mundo, por suas iniciativas de liderança, mitigação e adaptação climática baseadas em inovação para sustentabilidade. A premiação foi dada pela Associação Internacional da Água (IWA, sigla em inglês), durante evento em Toronto no Canadá.

No cenário nacional, a Sanepar foi agraciada, no início do mês, com o Prêmio Campeãs da Inovação, organizado pela Revista Amanhã em parceria com a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE), pelas ações na busca da excelência em seus serviços para promover a universalização do saneamento.

E, em julho, a Companhia contribuiu para que o Paraná fosse apontado como o terceiro melhor estado no índice de saneamento do País, com os serviços de água e esgoto, em estudo nacional de qualidade de vida. A Sanepar leva água tratada para 100% da população e atende mais de 80% com a cobertura de esgoto. (AENPR)

Indenizações e dívidas civis devem ser corrigidas pela Selic

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu na quarta-feira (21) o julgamento que estabeleceu a taxa Selic como índice de correção para todas as dívidas civis e indenizações.

A decisão deverá repercutir sobre todas as dívidas de natureza civil reconhecidas pela Justiça, em todo território nacional. Processos de vários tipos podem ser afetados, incluindo os que envolvem multas e condenações por danos morais e materiais.

O caso que motivou o julgamento pelo STJ, por exemplo, diz respeito a uma indenização determinada pela Justiça a ser paga por uma empresa de transportes a uma passageira de ônibus que se machucou durante a viagem. A ordem pelo pagamento foi proferida em 2013, mas até o momento não foi cumprida.

Por 6 votos a 5, os ministros da Corte Especial decidiram que a indenização deve ser corrigida pela Selic. O resultado foi alcançado após intensos debates, sucessivos pedidos de vista (mais tempo de análise) e diferentes questões de ordem suscitadas pelo relator, ministro Luis Felipe Salomão.

Pelo entendimento vencedor, a Selic - taxa básica de juros, definida pelo Banco Central - deve ser aplicada sempre que a indenização não advir de uma relação contratual, em decorrência de um acidente ou dano ambiental, por exemplo. Quando a dívida civil for resultante de um contrato firmado entre as partes, a Selic deve ser aplicada sempre que o próprio contrato não prever algum índice de correção.

O placar final fora alcançado em março, mas o resultado do julgamento só foi declarado agora pela presidente do STJ, ministra Maria Thereza de Assis Moura. A conclusão só foi possível após a Corte Especial afastar uma questão de ordem apresentada por Salomão, em que o relator buscava anular o julgamento devido à ausência, na sessão de março, de dois ministros aptos - Og Fernandes e Francisco Falcão. Na ocasião, com placar de 5 a 5, o julgamento foi concluído com o voto de desempate de Assis Moura.

Na quarta (21), o próprio Salomão decidiu retirar outras duas questões de ordem que também havia apresentado em março, nas quais colocava dúvidas sobre o método de cálculo para a aplicação da Selic. O relator disse que uma lei publicada em julho resolveu suas ressalvas.

A Lei 14.905/2024 mudou o trecho do Código Civil sobre o tema, estabelecendo como índices oficiais para o juros de mora e a correção monetária das dívidas civis, respectivamente, a Selic e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e considerada a inflação oficial do país.

Ainda no caso dos juros pelo não pagamento da dívida, para calculá-lo deve-se subtrair o IPCA da taxa Selic. Sempre que essa conta for negativa, o juros de mora será zero, definiu a nova legislação. Tal sistemática ainda precisa ser regulada pelo Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Até lá, vigoram as regras estabelecidas pelo STJ. (Agência Brasil)

Pesquisa revela ineficiência da Justiça em casos de massacre no campo

Cerca de 60% dos suspeitos em casos de massacre no campo, ocorridos entre 1985 e 2019, foram levados ao Tribunal do Júri, responsável pelo julgamento de crimes dolosos contra a vida. Desses, pouco mais de 11% foram condenados.

Os dados foram apresentados no estudo *Massacre no Campo*, divulgado na quinta-feira (22) em Brasília, que reúne de forma inédita informações sobre a atuação do sistema de Justiça na apuração da responsabilidade criminal de mandantes e executores, em um período de 34 anos.

Ao todo, foram analisados 50 casos de assassinatos coletivos, que resultaram em 386 suspeitos de participação como mandantes ou executores. A metodologia do estudo classifica como massacre os "casos nos quais um número igual ou superior a três pessoas são mortas na mesma data e em uma mesma localidade, portanto, numa mesma ocorrência de conflitos pela terra".

Do total de suspeitos, 30 não foram indiciados nos relatórios da Polícia Civil ou Militar. Dos suspeitos restantes (356), outros 10 não foram denunciados pelo Ministério Público e 345 tornaram-se réus.

Desse total, 238 foram levados ao Tribunal do Júri. Nesta etapa do processo, 43 foram condenados, 188 foram absolvidos e 7 não foram julgados por não terem sido localizados, ou por terem morrido antes do julgamento.

A partir das análises desses casos, a equipe formada por mais de 30 pesquisadores do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Universidade de Brasília (UnB) e outras universidades públicas chegou a conclusões diversas sobre a impunidade desses crimes.

Para os estudiosos, a impunidade nos casos de massacres no campo está relacionada a fatores que se somam ao longo de todo o processo judicial, como na etapa de instrução, quando são apresentadas as provas, colhidos os depoimentos e analisadas as evidências.

"Infelizmente, o Poder Judiciário, o Ministério Público ainda produzem muito pouca prova nova em relação àquilo que é produzido no inquérito policial. Então, a etapa de instrução acaba sendo só um momento de reproduzir as provas que já foram produzidas na fase do inquérito. Logo, se o inquérito foi mal instruído, a impunidade está praticamente garantida nas fases seguintes", explica o pesquisador do IPDMS e um dos coordenadores do estudo, Diego Diehl.

Segundo os estudiosos, também foram identificadas falhas na localização dos réus e na utilização de recursos judiciais, o que resulta em uma tramitação lenta de processos. Os pesquisadores concluíram que a ineficiência do sistema judicial está relacionada à fragilidade dos inquéritos e à não produção de novas provas durante a fase judicial.

"O Brasil não aderiu até hoje ao Protocolo de Minnesota, das Nações Unidas, que é um protocolo relacionado à proteção da cena do crime e a procedimentos que devem ser adotados pelo Estado para poder apurar responsabilidades, coletar provas."

O estudo conclui que falta preparo do sistema judiciário brasileiro: "Enquanto o Brasil não se preparar e preparar o seu sistema de Justiça, suas autoridades, para uma ágil produção de provas, o que a gente vai ter são inquéritos e processos baseados em provas frágeis, produção de nulidades, o que acaba favorecendo os acusados", diz Diehl.

Para ele, embora o sistema brasileiro tenha se modernizado, ainda há pouco interesse em apurar a real responsabilidade de mandantes e executores.

"Existe um processo de apagamento dos fatos, tal como eles realmente aconteceram. A gente vê avanços na questão de federalização da apuração de certos casos. Então, por exemplo, o caso do massacre de Pau d'Arco, a gente teve a entrada da Polícia Federal o que mudou completamente a qualidade da apuração dos responsáveis do massacre. Mas, ainda assim, a gente sabe que a maior parte dos casos não são federalizados", conclui. (Agência Brasil)

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº1041804-92.2018.8.26.0100 O(A)MM.Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Indústria têxtil Tsuzuki Ltda., por seu repres., Beatriz Auxiliadora de Sousa, Maria Augusta de Oliveira, Marlene Jarmelina do Carmo, Ana Cristina Ribeiro da Silva, Vanderci Café Rusblak e Reginaldo Mauricio da Silva, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Anazilda Mauricio da Silva Brito, Espólio e Hamilton Sales de Brito ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Flores de Goiás, nº 198, Jardim Paulistano, São Paulo/SP. CEP: 02814-050, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [22,23]

Citação e Intimação. Prazo 20 dias*. Proc. 1098095-15.2018.8.26.0100. O Dr. Renato de Abreu Perine, Juiz de Direito da 42ª Vara Cível Central/SP. Faz saber a Andrea Cantelmo Garcia Pedroso CPF 019.128.729-60, que Eladia Gomez Pantoja ajuizou ação Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R$ 9.434,90 (set/2018), referente à locação do apto. 43, à Rua Cayowaa 932 - Perdizes/SP. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida: a citação por edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra*, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 06 vezes, com juros de 1% ao mês; intimação do bloqueio judicial de R$ 22.331,28, já transferidos para conta judicial (fl. 96/98), passando a fluir do prazo supra*, o prazo de 5 dias para comprovar eventual impenhorabilidade do valor constrito, ou, ainda, eventual excesso de penhora, nos termos do artigo 854, § 3º, do CPC, conforme f. 99. Decorridos os prazos supra, sem manifestação, será nomeado curador especial. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 05 de julho de 2024. [22,23]

AREIAS PATRIMONIAL LTDA.

CNPJ nº 11.196.329/0001-96 - NIRE 35.223.627.827

AVISO AOS SÓCIOS E CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Prezados Senhores Sócios, A administração da sociedade **Areias Patrimonial Ltda.**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Guilherme Bannitz, nº 126, 22º andar, Conjunto 21 - CV 131, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04532-060, inscrita no CNPJ sob nº 11.196.329/0001-96, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob NIRE 35.223.627.827 ("Sociedade"), com observância ao disposto no §1º do artigo 1.078 da Lei nº 10.406/2002, informa a V.Sas. que: 1. Foram colocadas à disposição de V.Sas. as contas da administração e as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. O acesso deverá ser realizado presencialmente no escritório de **Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados**, assessor jurídico da Sociedade, localizado na Rua Padre João Manuel, 923, 8º andar, Jardim Paulista, CEP 01411-001, São Paulo/SP, dentro do horário comercial das 9h às 18h, e no escritório de **Sanmar Contabilidade Ltda.**, contabilidade da Sociedade, localizado na Rua Do Rosário, 478 - Sala 07, Coronel Antonino - Campo Grande/MS, CEP 79010310, também em horário comercial das 9h às 18h. 2. Também se encontram à disposição de V.Sas. as contas da administração e demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019, as quais também devem ser consultadas no endereço e horário supracitados. **Convocação para Reunião:** Por oportuno, neste ato, com observância ao disposto na cláusula 9ª do contrato social e §3º do artigo 1.152 da Lei nº 10.406/2002, ficam V. Sas. devidamente convocadas para a Reunião de Sócios da Sociedade a ser realizada no dia **24 de setembro de 2024, às 11:00 (manhã)**, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: *(i)* Tomar as contas dos administradores e exame, discussão e votação do relatório da administração, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da Sociedade, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; *(ii)* Destinar o resultado apurado pela Sociedade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; *(iii)* Tomar as contas dos administradores e exame, discussão e votação dos relatórios da administração, dos balanços patrimoniais e das demais demonstrações financeiras da Sociedade, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019; *(iv)* Ratificar a destinação dos resultados apurados pela Sociedade nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019; e *(v)* Autorizar a adminsitração a adotar todas e quaisquer medidas bem como celebrar todos os documentos necessários conforme deliberações das sócias. A Reunião de Sócios ocorrerá presencialmente na sede social da Sociedade, localizada no endereço supramencionado. Conforme autoriza o § 1º do Artigo 1.074 do Código Civil Brasileiro e o Parágrafo Segundo da Cláusula 9ª do contrato social da Sociedade, os sócios poderão ser representados por outro sócio ou por advogado mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados. Os instrumentos de mandato, acompanhados de cópia do documento de identificação do procurador, deverão ser apresentados à Sociedade, por correio eletrônico, até 01 (um) dia antes da data para a abertura dos trabalhos. São Paulo, 16 de agosto de 2024. **Tereza Cristina P. Cortada Amorim** (sócia e administradora da Sociedade)

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Quinta Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 361ª e 362ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 361ª e 362ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 361ª e 362ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Quinta Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 18 de setembro de 2024 às 15:00 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 25 de setembro de 2024 às 15:00 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link"),** nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de março de 2024, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 21 de agosto de 2024

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação para a Terceira Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 300ª e 301ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 300ª e 301ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 300ª e 301ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), **a reunirem-se em 1ª convocação** para a Terceira Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), **a se realizar no dia 18 de setembro de 2024 às 10:30 horas**, e caso não atingido quórum de instalação em 1ª convocação, ficam convocados **a reunirem-se em 2ª convocação** para a AGT, **a se realizar no dia 25 de setembro de 2024 às 10:30 horas, ambas de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams ("link"),** nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), coordenada pela Securitizadora, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em 31 de março de 2024, nos termos da Resolução CVM 60, documentos estes disponíveis no website da Securitizadora. Conforme Art. 25, parágrafo 2º da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento dos Titulares dos CRI. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGT. Para que recebam o *link* de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, a ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa física** são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **pessoa jurídica** são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 21 de agosto de 2024

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 - Código CVM 2496-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 12 de Setembro de 2024

O Conselho de Administração da **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia") convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral extraordinária ("AGE"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia 12 de setembro de 2024, às 11h, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: (i) autorizar a administração da Companhia, nos termos do art. 4º, inciso I, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a realizar a quitação de obrigações da Companhia e de suas subsidiárias em determinadas operações societárias mediante a entrega de ações de emissão da própria Companhia, representativas de até 10% (dez por cento) de suas ações em circulação. A AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ocorrer via platafoma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). A Companhia informa aos acionistas que desejarem participar da AGE que as instruções detalhadas para acesso à Plataforma Digital, nos termos da RCVM nº 81, constam da Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas na AGE ("Proposta"), que podem ser acessados nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.ambipar.com), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br). Sem prejuízo do disposto acima, os acionistas interessados em participar da AGE por meio da Plataforma Digital deverão enviar e-mail para o endereço ri@ambipar.com, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGE, **ou seja, até 10 de setembro de 2024,** manifestando seu interesse em participar da AGE e solicitando o link de acesso à Plataforma Digital, observando as demais instruções contidas na Proposta ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador que comparecerá à AGE, incluindo os respectivos nomes completos e CPF e/ou CNPJ, conforme o caso, bem como o telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para a participação da AGE, conforme abaixo: **Pessoa Física:** (a) identificação válida com foto (cópia original ou certificada) do acionista, podendo ser apresentados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG); (ii) Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte; (iv) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) Carteira de Motorista (CNH); (b) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (c) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (d) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Pessoa Jurídica:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último estatuto social ou contrato social consolidado do acionista, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (c) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (d) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (e) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. **Fundos de Investimento:** (a) identificação válida com foto do representante legal (cópia original ou certificada), podendo ser enviados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Identidade de Estrangeiro (RNE); (ii) Passaporte; (iii) Cartão de Associação Profissional aceito como identificação para fins legais (por exemplo, OAB, CRM, CRC, CREA); ou (iv) Carteira de Motorista (CNH); (b) último regulamento consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da Comissão de Valores Mobiliários; (c) último estatuto social ou contrato social consolidado do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e os documentos societários que comprovem a sua representação legal, devidamente registrados perante a autoridade competente; (d) comprovante de propriedade de ações de emissão da Ambipar, emitido pela instituição financeira depositária ou custodiante com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da AGE; (e) indicação de e-mail para recebimento de convite individual para acesso à Plataforma Digital e consequente participação na AGE; e (f) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso. Nos casos de participação na AGE por meio de procuração, deverão ser apresentadas na Solicitação de Acesso: (i) cópia da procuração autenticada, quando não for apresentada com assinatura digital (com certificado digital, conforme acima indicado), a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) cópia do documento de identificação do procurador com foto; e, em caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento; (iii) cópia da documentação societária que comprove os poderes do(s) representante(s) legal(is) que outorgaram a procuração. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. Excepcionalmente, os documentos em inglês e espanhol não precisam ser registrados no Registro de Títulos e Documentos, bastando a sua tradução para o português. Encontra-se à disposição dos acionistas, nos endereços eletrônicos da Companhia (https://ri.ambipar.com/), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br), toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGE, nos termos da RCVM nº 81.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

Carlos Augusto Leone Piani - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ELIANE MORI CARLÉN, REQUERIDO POR FABIAN MORI SPERLI E OUTROS - PROCESSO Nº 1003551-97.2023.8.26.0152. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Cotia, Estado de São Paulo, Dr. Rodrigo Aparecido Bueno de Godoy, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 21/05/2024, foi decretada a **INTERDIÇÃO de ELIANE MORI CARLÉN**, CPF. 066.390.178-22, declarando-a relativamente incapaz, restando incapaz de praticar os seguintes atos sem curador que a represente: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e administrar seus bens, enquanto perdurarem as causas ora consideradas para a curatela, nos termos do artigo 4º, inciso II e artigo 1.767, ambos do Código Civil, respeitando as condições traçadas pela Lei 13.146/15, e nomeado como **CURADOR**, em caráter **DEFINITIVO**, o **Sr. FABIAN MORI SPERLI**. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de **Cotia, aos 26 de julho de 2024.**

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS.PROCESSO Nº1122460-60.2023.8.26.0100.O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 4ªVara Cível,do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a).Marian Najjar Abdo,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a MARLON GOMES DA SILVA,CPF 402.441.798-32 que Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ajuizou ação Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R$ 22.989,60 (agosto/2022), referente ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 20/07/2022. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [22,23]

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1010726-44.2022.8.26.0002. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Aline Aparecida Dias Valentim. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1010726-44.2022.8.26.0002. A Dra. Jéssica de Paula Costa Marcelino, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a Aline Aparecida Dias Valentim (CPF. 338.520.328-73), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 2.229,42 (fevereiro de 2022), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais para o curso de Técnico em Análises Clínicas, referente ano letivo de 2017/2018. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de agosto de 2024. [22 e 23 / 08 / 2024]

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 923.716 em 03 de julho de 2024 a requerimento de JAMERSON SIMPLÍCIO SILVA, transportador escolar, RG nº 28.180.259-SSP/SP e CPF nº 271.887.318-37, casado com JULIANA SIMPLÍCIO DE AZEVEDO, professora, RG nº 43.366.891-4-SSP/SP e CPF nº 322.770.748-96, casados no regime da comunhão parcial de bens, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua François Bunel nº 83, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores dos titulares de domínio Manfredi Abilio Brandi e sua mulher Otilia Palmieir Branci e José Gaiba e sua mulher Angelina Gaiba, com origem na transcrição nº 21.933 deste Registro e Eduardo Camiz, Natale Mastrofrancisco e Jose Cunto Leone, compromissário, com origem na inscrição nº 8.514 deste Registro, que os autores acima qualificados, requerem a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIO, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o prédio e respectivo terreno, situado na Rua François Bunel nº 83, descrito e caracterizado no memorial descritivo juntado no procedimento, com a área de 126,37m2 e área construída de 250,05m2, com as origens já mencionadas, alegando e comprovando posse mansa e pacifica desde 01/03/2009 interruptos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 413 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 20 de agosto de 2024.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7

CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 | NIRE: 35.300.006.658

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 11 de Julho de 2023

Data, Hora e Local. Realizada em 11 de julho de 2024, às 09h, no formato híbrido, presencial na filial do Centro Administrativo da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, conjuntos 161/162, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, São Paulo/SP, CEP 05676-120, e, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams ("*Plataforma Digital*"). **Convocação.** Realizada nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 19 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Presenças.** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia. Presentes, ainda, Itacir Alves Nascimento - Diretor de Controladoria, Germano Suriani de Oliveira - Diretor Industrial, Marcus Vinicius Ferriello Rodrigues - Diretor Supply Chain, Vânia Nazaré Alves de Carvalho - Diretora de Qualidade, Juliana Verdasca Reis - Diretora Jurídica, Jaqueline Gomes Ribeiro - Supervisora de Excelência Operacional e Marilia Tedim Bagnolesi - Especialista em Governança Corporativa. **Composição da Mesa.** Presidida pela Sra. Paula Melo Suzana Gomes e secretariada pela Sra. Marilia Tedim Bagnolesi. **Ordem do Dia.** Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a proposta da administração referente a distribuição proporcional de juros sobre capital próprio referentes ao exercício social de 2024; **(ii)** a eleição de membro suplente do Comitê Técnico e Consultivo de Excelência Operacional; **(iii)** monitorar os planos de ação para o cumprimento das metas e objetivos de competência do Comitê de Excelência Operacional; e **(iv)** autorizar a delegação de poderes à diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos por eles já praticados, a título dos assuntos ora deliberados. **Deliberações.** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, deliberaram o quanto segue: (i) nos termos do inciso v do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, aprovaram a proposta da administração referente a distribuição proporcional de Juros Sobre Capital Próprio - JCP aos acionistas da Companhia, referente ao exercício social de 2024, no valor bruto de R$ 14.177.624,29 (quatorze milhões, cento e setenta e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos), que equivale ao montante líquido de R$ 12.050.980,65 (doze milhões, cinquenta mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), que deverão ser distribuídos, proporcionalmente aos acionistas da Companhia, até o dia 31 de julho de 2024. (ii) aprovaram a eleição do Sr. **Marcus Vinícius Ferriello Rodrigues,** brasileiro, casado, Diretor de Supply Chain, portador da cédula de identidade RG nº 34.889.059-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.643.518-90, com endereço comercial na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 16º andar, conjuntos 161/162, Edifício Continental Tower, Cidade Jardim, São Paulo/SP, CEP 05676-120, para o cargo de membro suplente do Comitê de Excelência Operacional, em substituição ao Sr. André Bochnia Rodrigues de Freitas. O membro ora eleito será empossado no referido Comitê e seu respectivo termo de posse será arquivado na sede da Companhia. Dessa forma, o Comitê Técnico e Consultivo de Excelência Operacional passará a ser composto por **Germano Suriani de Oliveira - membro titular e Marcus Vinícius Ferriello Rodrigues - membro suplente.** (iii) acompanharam e discutiram acerca da evolução dos planos de ação para cumprimento das metas e objetivos de competência do Comitê de Excelência Operacional, deliberados por este Colegiado em 13 de junho de 2023, bem como analisaram os resultados do exercício de 2023 e projeção para os próximos anos. (iv) autorizaram a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para praticarem todos e quaisquer atos necessários ou relacionados à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata. **Encerramento.** Fica consignado que os materiais submetidos e discutidos nesta reunião, ficarão arquivados na sede da Companhia. Nada mais havendo a ser tratado, a Senhora Presidente do Conselho de Administração agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e por todos os conselheiros presentes. São Paulo, 11 de julho de 2024. **Mesa:** Paula Melo Suzana Gomes - **Presidente;** Marilia Tedim Bagnolesi - **Secretária.** **Membros do Conselho de Administração:** Paula Melo Suzana Gomes; Fernando Cornette Marques - (p. Roberto Cornette Marques); José Luiz Junqueira Simões; Miguel Giudicissi Filho; Roberto Cornette Marques; Aline Lobato Feitosa Brandão; Dorothea Fonseca Furquim Werneck; Marcos Prado Troyjo; Rui Willig. **JUCESP** nº 303.134/24-0 em 13/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

CNPJ nº 01.701.201/0001-89 – NIRE 35.300.560.426

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 22.4.2024

Data, Hora, Local: Aos 22.4.2024, às 9h30, na sede social Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Vinicius Urias Favarão; Secretário: José Gomes Fernandes. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 22.3.2024 no jornal "O DIA SP", páginas 11 a 14. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram a alteração parcial do Estatuto Social no "caput" do artigo 7º, reduzindo 12 (doze) para 11 (onze) o número máximo de membros da Diretoria e transformando o cargo de Diretor Gerente em Diretor Executivo, com a consequente alteração da redação do parágrafo segundo do artigo 8º e artigo 10, proposta pela Diretoria na Reunião daquele Órgão de 19.4.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passam a ser as seguintes, após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil: "Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos administradores eleitos, composta de 3 (três) a 11 (onze) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Executivo e Diretor. Artigo 8º) **Parágrafo Segundo** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor Geral ou Diretor Executivo. Artigo 10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor Geral: I. presidir as reuniões da Diretoria, bem como supervisionar e coordenar as ações dos seus membros; II. distribuir, entre os membros, atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade; III. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretores Executivos: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas e colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas funções; c) Diretores: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas áreas, reportando-se ao Diretor Geral e aos Diretores Executivos.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; II) aprovaram a destinação do lucro líquido obtido pela Sociedade no exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$1.461.160.683,18 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e um milhões, cento e sessenta mil, seiscentos e oitenta e três reais e dezoito centavos), da seguinte forma: R$73.058.034,16 (setenta e três milhões, cinquenta e oito mil, trinta e quatro reais e dezesseis centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$888.102.649,02 (oitocentos e oitenta e oito milhões, cento e dois mil, seiscentos e quarenta e nove reais e dois centavos), para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para pagamento ao Banco Bradesco S.A., a título de juros sobre capital próprio, declarados em 20.12.2023, os quais deverão ser pagos até 31.12.2024; III) relativamente à administração da Sociedade: a) registraram os pedidos de renúncia formulados pelos senhores José Ramos Rocha Neto e João Carlos Gomes da Silva, aos cargos de Diretor Geral e Diretor Gerente da Sociedade, respectivamente, em cartas desta data (22.4.2024), cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito; b) promoveram o senhor Vinicius Urias Favarão, Diretor, ao cargo de Diretor Executivo; c) elegeram, para compor a Diretoria da Sociedade, os senhores: ***Diretor Geral: Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Diretores: Affonso Correa Taciro Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268-24; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; ***Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26; ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; e ***Danilo Luís Damasceno***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Os Diretores eleitos: 1) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 2) terão: a) seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após os que tomarão posse de seus cargos; b) mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026; Em consequência das alterações administrativas acima, a Diretoria da Sociedade, com mandato até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026, fica assim composta: ***Diretor Geral: Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Diretor Executivo: Vinicius Urias Favarão***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50; ***Diretores: José Gomes Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.057.233-5/SSP/SP, CPF 135.834.253/91; ***Oswaldo Tadeu Fernandes***, brasileiro, solteiro, em união estável, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94; ***Clayton Neves Xavier***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21; ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; ***Affonso Correa Taciro Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268/24; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; ***Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26; ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; e ***Danilo Luís Damasceno***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. IV) fixaram o valor mensal individual de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos administradores eleitos, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos os presentes e assinada, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP294326/O-3, senhor Guilherme Zuppo Ventura Diaz. aa) Presidente: Vinicius Urias Favarão; Secretário: José Gomes Fernandes; Administrador: Vinicius Urias Favarão; Acionista: Banco Bradesco S.A. representado por seus Diretores, senhores Cassiano Ricardo Scarpelli e Antonio Campanha Junior; Auditor: Guilherme Zuppo Ventura Diaz. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Vinicius Urias Favarão; Secretário: José Gomes Fernandes. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 297.458/24-3, em 5.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006546-62.2023.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Samira de Castro Lorena, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a NOVA CONSULTORIA E INVESTIMENTOS LTDA NA PESSOA DE RAFAEL DE BRITO MENEZES, CNPJ 32.618.744/0001-60, RAFAEL DE BRITO MENEZES, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 34.664.038, CPF 385.172.178-02, e ANDRÉ VINICIUS LIVRIERI, Brasileiro, Casado, Empresário, RG 44949364, CPF 369.290.628-55, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por LUCIANE PIMENTA ARAÚJO BIM. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 110.971,67 (valor atualizado do débito até 17/06/2024). Fica ainda o correú ANDRÉ VINICIUS LIVRIERI, INTIMADO do ARRESTO das quantias bloqueadas através do sistema Sisbajud (fls. 75 dos autos principais), ficando ciente que, aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o ARRESTO foi convertido em PENHORA. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

ESSENCIS BIOMETANO S.A.

CNPJ/MF nº 48.119.972/0001-26 - NIRE 35.300.601.629

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2024

Data, Hora, Local. 31.05.2024, às 17:30, de forma remota, considerada realizada na sede, Via de Acesso Norte km 33, Rodovia dos Bandeirantes SP-348 s/n, Caieiras/SP. **Presença.** Totalidade dos acionistas. **Mesa.** Presidente - Amil Bartolomeu Garcia; Secretário - Thales Ribeiro Motta Junior. **Deliberações Aprovadas. 1.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023 e ratificar a isenção da Companhia quanto a publicação das DFs 2023 em jornal de grande circulação, considerando que a receita bruta da companhia e a publicação da Demonstração Financeira de 2023, em 27.05.2024, na central de Balanços do SPED, conforme disposto no artigo 294 da LSA c/c artigo 1º da Portaria ME nº 12.071/21. **2.** Face à ausência de lucros referentes ao Exercício 2023, não há dividendos a serem distribuídos, sendo que o resultado foi negativo no valor de R$ 654.350,47 deverá ser absorvido pela reserva de retenção de lucros. **3.** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal, conforme facultado pelo art. 161 da LSA. **Encerramento:** Nada mais. Caieiras, 31.05.2024. **Mesa: Amil Bartolomeu Garcia** - Presidente, **Thales Ribeiro Motta Junior**- Secretário. JUCESP nº 305.315/24-9 em 16.08.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GRI KOLETA - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS S.A.

CNPJ/MF nº 04.517.241/0002-44 - NIRE 35.300.538.650

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Julho de 2024

Data, Hora, Local. 30.07.2024, às 08hs, na sede, na Avenida Gonçalo Madeira, 300/400, Jaguaré, São Paulo/SP. **Presença.** Totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Maria Amélia Paula César Lopes; e Secretário: Anderson Fantin. **Deliberações Aprovadas:** A alienação e transferência da totalidade das ações de emissão da **Nova GRI** detidas pela Companhia, correspondente à 23.546.074, ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, à **Solví Essencis**, sob o valor total de venda de R$ 25.927.615,07. Autorizar que a Diretoria pratique todos e quaisquer atos e firme todos e quaisquer documentos necessários para a consumação da deliberação ora tomada, em especial a assinatura dos respectivos Termos de Transferência a serem lavrados no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da **Nova GRI**. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 30.07.2024. **Mesa:** Maria Amélia Paula César Lopes - Presidente, Anderson Fantin - Secretário. **Acionista: Solví Essencis Ambiental S.A.** Por Ciro Cambi Gouveia e Frederico Guimarães da Silva. JUCESP nº 303.930/24-0 em 14.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 11ª (Décima Primeira) Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*)**, com sede na Rua Gerivatiba, nº 207, cj 162, Butantã, São Paulo, SP - CEP 05501- 900 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 12 de setembro de 2024 às 15h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem prejuízo da possibilidade da adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da Assembleia nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 22 de junho de 2022, conforme aditado, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: a) Aprovar a alteração do Anexo VIII do Contrato de Cessão, a fim de ajustar as previsões de conexão das Usinas Fotovoltaicas Brasilândia 2, 4 e 5, de agosto de 2024 para outubro de 2024, e das Usinas Fotovoltaicas Brasilândia 1 e 3, de julho de 2024 para outubro de 2024, conforme Anexo I do Material de Apoio; b) Aprovar a suspensão dos efeitos dos Eventos de Recompra Compulsória Deliberada em caso de incorrência em quaisquer das hipóteses descritas na Cláusula 7.1, itens (xvii), (xviii), (xix), (xxii) e (xxiii) do Contrato de Cessão, e Cláusula 3.3, itens (xvii), (xviii), (xviii) incisos (ii), (iv) e (v) do Termo de Securitização, todas descritas no Anexo II do Material de Apoio, até 31 de outubro de 2024 (inclusive); c) Ratificar a constituição de garantia adicional, por parte da Cedente, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) realizada no dia 25 de junho de 2024, por meio de aporte dos recursos na Conta Centralizadora conforme definido nos documentos da operação; d) Aprovar a constituição de garantia adicional, por meio de aporte de recursos na Conta Centralizadora, por parte da Cedente, até o montante de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), a ser constituída em até 2 (duas) parcelas ("Garantia Adicional"), no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) cada uma das parcelas, observadas as seguintes condições: **(i)** a primeira parcela será devida pela Cedente, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da realização da Assembleia, somente caso o reembolso da CEMIG, referente à obra de parte das Usinas Fotovoltaicas realizadas pela Cedente, não seja realizado até 31 de agosto de 2024, sendo certo que, caso o reembolso seja realizado pela CEMIG até 31 de agosto de 2024 não será devida pela Cedente qualquer montante da Garantia Adicional; e **(ii)** a segunda parcela será devida pela Cedente, no dia 04 de outubro de 2024, somente caso o reembolso da CEMIG, referente à obra de parte das Usinas Fotovoltaicas realizadas pela Cedente, não seja realizado até 30 de setembro de 2024, sendo certo que, caso o reembolso seja realizado pela CEMIG até 30 de setembro de 2024, não será devida pela Cedente esta segunda parcela; e) Aprovar a alteração do Fluxo de Amortização e Pagamento de Remuneração definido no Anexo I do Termo de Securitização, conforme Anexo III do Material de Apoio; f) Aprovar a redução dos Créditos Imobiliários para R$ 232.505.000,47 (duzentos e trinta e dois milhões, quinhentos e cinco mil e quarenta e sete centavos de reais), sendo **(i)** os Créditos Imobiliários Riachinho no valor de R$ 23.743.136,00 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, cento e trinta e seis reais); **(ii)** Créditos Imobiliários Brasilândia no valor de R$ 114.630.808,47 (cento e quatorze milhões, seiscentos e trinta mil e oitocentos e oito reais e quarenta e sete centavos); **(iii)** Créditos Imobiliários São Romão no valor de R$ 82.425.206,00 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e seis reais); e **(iv)** Créditos Imobiliários Porteirinha no valor de R$ 11.705.850,00 (onze milhões, setecentos e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais), pela razão constante do Anexo IV do Material de Apoio. O Material de Apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com a presença dos Titulares dos CRI em Circulação em qualquer número, nos termos da Cláusula 13.4 do Termo de Securitização. As matérias da Ordem do Dia deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação; e, em segunda convocação, pelos Titulares dos CRI que representem a maioria dos CRI em Circulação detidos pelos Titulares dos CRI presentes na Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 13.8 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **fsp@vortx.com.br** e **agentefiduciario@vortx.com.br**, impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, , e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "*O Titular do CRI declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, bem como no art. 32 da Resolução CVM 60/2021, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável.*" A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Kartismo

KGV recebe Mulheres em Ação e AKSP Master Challenge

O Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP) receberá no domingo (25) o GP Empório Santa Nina, válido pela 4ª etapa do KGV Trophy e 8ª etapa do AKSP Master Challenge e Mulheres em Ação, reunindo mais de 100 pilotos a partir das 19h30.

Os líderes do KGV Trophy depois de três etapas são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), Paulo Policeno (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação). Estes mesmos pilotos lideram o AKSP Master Challenge e Mulheres em Ação depois de sete encontros. Esta rodada encerra o segundo terço do campeonato, já que depois faltarão apenas quatro etapas.

Ações sociais e muitos prêmios, brindes e diversão

A cada etapa o AKSP promove uma ação social. Desta vez a campanha será para arrecadação de itens de higiene pessoal e limpeza para a Casa de Velhinhos Ondina Lobo.

Antes da etapa foram realizados sorteios entre todos os pilotos que pagaram antecipadamente as suas inscrições. Gabriel Vitorino (Light) e Aurélia Freitas (Mulheres em Ação) ganharam um par de Luvas DKR com personalização. Christian Marchini (Light), Gabriel Palmyro (Graduados), Fernando Braga (Elite), Marco Verga (Sênior) e Lucimara Ido (Mulheres em Ação) ganharam cesta de frutas e verduras oferecidas pelo Empório Santa Nina.

No sorteio de uma lavagem técnica no valor de R$ 200, oferecida por Panda Garage Car Detail, os felizardos foram Guilherme Pegoraro (Light), Allan Félix (Graduados), Matheus Nozaki (Elite), Toninho Lázaro (Sênior), Claudia Franco (Mulheres em Ação).

Outros sorteios que serão realizados na etapa entre todos os participantes serão vouchers da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Empório Mafalda, Frangaria JK, Mary Estética, Rolley Beach, 5M Salão de Beleza, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty Moema.

Os seis primeiros colocados de cada categoria serão premiados com kits Giovanna Baby, e o vencedor e sétimo colocado de cada modalidade levará para casa um kit da Cervejaria Paulistânia. Os vencedores também serão contemplados com bicho de pelúcia da Mico Leão Machines.

Em momento de descontração, o último colocado de cada prova receberá o 'Troféu Mão de Pau', acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. O Auto Posto Colônia oferecerá um galão de combustível para o Casal Gasolina. Fechando a programação, será dividido o tradicional bolo para os aniversariantes do mês.

Foto/ Emerson Santos

As *mulheres fazem a maior festa nas etapas do Mulheres em Ação*

Confira a classificação do KGV Trophy após três etapas:

Light: 1) Gabriel Vitorino, 78 pontos; 2) Luan Luz, 62; 3) Christian Marchini, 38; 4) Guilherme Pegoraro, 36; 5) Ronaldo Christófano, 36; 6) Luiz Felizzola, 34; 7) Ricardo Tiecher,32; 8) Felipe Marin, 30; 9) Rafael Evangelista e Luciano Braz, 26.

Graduados: 1) Allan Félix Espadrezani, 59 pontos; 2) Diego Rocha, 56; 3) Thiago Rocha, 52; 4) Sérgio Inácio, 43; 5) Élcio Lora, 39; 6) Rodrigo Parmezzani, 34; 7) Edicarlos Tomiazzi, 32; 8) Adriano Vilela e Gabriel Palmyro, 26; 10) Paulo Daniel, 23.

Elite: 1) Paulo Policeno, 55 pontos; 2) Matheus Nozaki, 54; 3) Alberto Otazú e Fernando Braga, 44; 5) Alexandre Porche, 39; 6) Gabriel Kenji Sena, 36; 7) Marcelo Mesquita, 36; 8) André dos Reis, 35; 9) Igor Mei, 31; 10) Jorge Roque, 26.

Sênior: 1) Marco Verga, 71 pontos; 2) Jorge Roque, 57; 3) Luiz Gouvêa, 44; 4) Ricardo Corrêa, 42; 5) Marcelo Carvalhaes, 41; 6) Gerson Roschel, 38; 7) Miguel Sacramento, 33; 8) Adolfo Soares, 26; 9) Marcelo Mesquita, 25; 10) Jorge Filipe, 23.

Mulheres em Ação: 1) Janaina Zoumbounelos, 79 pontos; 2) Lucimara Ido, 63; 3) Aurélia Freitas, 56; 4) Rita Sanches, 50; 5) Claudia Franco, 29; 6) Geiza Pereira, 25; 7) Grazi Gonçalves e Duda Stancione, 22; 9) Cláudia Leite, Cris Stancione, Helena Deyama e Camilly Clieff, 17.

Confira a pontuação do AKSP Master Challenge depois da 7ª etapa:

Light: 1) Gabriel Vitorino, 186 pontos; 2) Luan Luz, 105; 3) Ronaldo Christófano, 97; 4) Fábio Roberto da Silva e Guilherme Pegoraro, 91; 6) Rodrigo Garcia, 65; 7) Christian Marchini, 59; 8) Adriano Siqueira, 56; 7) Ricardo Tiecher, 51; 10) Luiz Felizzola, 48.

Graduados: 1) Allan Félix Espadrezani, 133 pontos; 2) Diego Rocha, 115; 3) Thiago Rocha, 109; 4) Elcio Lora, 100; 5) Sérgio Inácio, 96; 6) Paulo Daniel, 87; 7) Vitor Filipe, 81; 8) Rodrigo Parmezzani, 80; 9) Edicarlos Tomiazzi, 66; 10) Gabriel Palmyro, 64.

Elite: 1) Paulo Policeno, 135 pontos; 2) André dos Reis, 127; 3) Matheus Nozaki, 115; 4) Fernando Braga, 107; 5) Jorge Roque, 98; 6) Alexandre Porche, 93; 7) José de Jesus, 75; 8) Gabriel Kenji, 72; 9) Alberto Otazú, 67; 10) Valdo Gregório, 50.

Sênior: 1) Marco Verga (Pro), 147 pontos; 2) Jorge Roque (Cadete), 145; 3) Luiz Antônio Gouvêa (Master), 115; 4) Ricardo Corrêa (Master), 107; 5) Gerson Roschel (Master), 95; 6) Jorge Filipe (Pro), 78; 7) Ronaldo Christófano (Cadete), 70; 8) Valdo Gregório (Pro), 66; 9) Beto Dicker (Cadete), 55; 10) Marcelo Carvalhaes (Master) e Roberto Guimarães (Master), 53.

Sênior Pro: 1) Marco Verga, 147 pontos; 2) Jorge Filipe, 78; 3) Valdo Gregório, 66; 4) Miguel Sacramento, 47; 5) Raimundo Gadelha, 45; 6) Antônio Lazaro, 36.

Sênior Master: 1) Luiz Gouvêa, 115 pontos; 2) Ricardo Corrêa, 107; 3) Gerson Roschel, 95; 4) Roberto Guimarães e Marcelo Carvalhaes, 53; 6) Carlos Barros, 47.

Sênior Cadete: 1) Jorge Roque, 145 pontos; 2) Ronaldo Christófano, 70; 3) Beto Dicker, 55; 4) Clóvis Eduardo Souza, 31; 5) Nilo Menestrino, 29; 6) José de Jesus, 25.

Mulheres em Ação: 1) Janaina Zoumbounelos (G), 182 pontos; 2) Lucimara Ido Reimberg (G), 148; 3) Aurélia Freitas (N), 123; 4) Rita Sanches (G), 121; 5) Grazi Gonçalves (G), 79; 6) Mirna Firmino (N), 70; 7) Cláudia Franco (N) e Cláudia Leite (N), 54; 9) Cris Stancione (N) e Daiani Tomiazzi (N), 41.

Mulheres em Ação (Graduadas): 1) Janaina Zoumbounelos, 182 pontos; 2) Lucimara Ido Reimberg, 148; 3) Rita Sanches, 121; 4) Grazi Gonçalves, 79; 5) Letícia Pagy e Geiza Pereira, 25.

Mulheres em Ação (Novatas): Aurélia Freitas, 123 pontos; 2) Mirna Firmino, 70; 3) Cláudia Franco e Cláudia Leite, 54; 5) Cris Stancione e Daiani Tomiazzi, 41.

O AKSP Master Challenge tem o apoio de Agência Olhar Clínico Marketing, Arte Vidros Cris, Assima Contabilidade, Auto Posto Colônia, Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Cervejaria Paulistânia, Cris Barros Bijou, Empório Mafalda, Empório Santa Nina, Exotic Limousine, Frangaria JK, Giovanna Baby, Grand Assessoria de Crédito, Luvas e Macacões DKR, Mary Estética, Mico Leão Machines, MRC Produções, Mundo Papercraft, Olhar Clínico Marketing, Panda Garage, Phytoervas, Pousada Caminhos da Vila Chantal, Restaurante Low BBQ, Rolley Beach, 5M Salão de Beleza, San Race, Speed Truck, SM Reparação de Veículos, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty Moema, TatiSapia Organiza. WhatsApp: 11-99681.3549; Siga o Instagram @aksp.19

Lucas Moraes busca tricampeonato no Rally dos Sertões

Foto/ Red Bull Content Pool

Largada *acontece em Brasília no próximo final de semana*

No último ano, Lucas Moraes, piloto do time oficial da Toyota Gazoo Racing, se consolidou como um dos principais representantes brasileiros no Mundial de Rally Raid, no qual ocupa a terceira colocação geral. Depois de resultados que impressionaram no Dakar, com uma vitória inédita para o Brasil em especiais, o foco do paulistano passa a ser o terceiro título do Rally dos Sertões.

A bem-sucedida dupla formada por Lucas Moraes e Kaíque Bentivoglio, campeã em 2019 e 2022, retorna a parceria para a 32ª edição do principal rally do país com o objetivo de cravar seus nomes pela terceira vez como campeões entre os carros. Para isso, vão contar com o GR DKR Hilux T1U e o apoio de Red Bull, Strava, Repsol, Oakley, Zapalla, Reserva e SpeedMax (PneuStore).

Em 2024, a dupla enfrentará 3.704 km de trajeto no Sertões, sendo 2.386 de especiais. A largada acontece em Brasília, no dia 23 de agosto e o roteiro segue por cidades de Goiás, Minas Gerais e Bahia, passando por várias belezas naturais como o Parque Nacional Grande Sertões Veredas e o Parque Estadual de Terra Ronca, até o retorno à capital do país no dia 31 para a reta final da competição.

Tudo pronto - Lucas e Kaíque já realizaram o shakedown para a verificação e últimos ajustes do carro. Agora, piloto e navegador aguardam ansiosamente para iniciar mais uma jornada desvendando o interior do Brasil.

"Venho para o Sertões com algo novo na bagagem de experiências, que foi a vitória inédita em uma etapa do Dakar, além de um leque de aprendizados como piloto oficial Toyota. Correr no Sertões sempre é desafiador, então quero muito colocar em prática todas as coisas que aprendi nessa nova fase para, quem sabe, conseguir esse terceiro título com o Kaíque", comentou Lucas Moraes.

"O nível da competição é sempre altíssimo nos Sertões, não dá para subestimar ninguém. É uma prova que exige altos padrões de pilotagem e navegação, então está todo mundo muito preparado. Mas acredito que temos um bom equipamento, assistência e formamos uma boa parceria. Sempre é um desafio, então vamos levar do melhor jeito possível: construindo um dia de cada vez e, claro, aproveitando a experiência que o Sertões oferece, que é sempre única."

O prólogo, que define a ordem de largada para a 32ª edição dos Sertões, acontece na sexta-feira, 23 de agosto, em Brasília. O evento conta com oito etapas, fazendo paradas nas cidades de Formosa (GO), Santa Maria da Vitória (BA) e Luís Eduardo Magalhães (BA).

Nic Giaffone encara decisão da USF2000 em rodada tripla para fechar o campeonato

Jovem revelação do automobilismo brasileiro nos Estados Unidos, Nic Giaffone encara a última etapa da USF2000 no desafiador circuito de Portland, no Oregon. O piloto é o terceiro colocado entre os rookies na temporada, apenas um ponto atrás do segundo, e está na oitava colocação geral com 191 pontos. Nic pretende fazer três boas provas neste final de semana para terminar o campeonato entre os primeiros colocados.

"Essa tem sido uma temporada de grande aprendizado para mim, de adaptação ao carro, pneus e o objetivo é fechar o campeonato da melhor maneira possível com a DEForce Racing. Acredito que podemos conseguir posições dentro do top-5 se evoluirmos bem o carro ao longo dos treinos", afirma Giaffone, que foi ao pódio em Indianápolis e Mid-Ohio neste ano.

Essa será a primeira vez que Nic vai competir no tradicional circuito de 3.160 metros em Portland, palco que também recebe a principal categoria de monopostos dos EUA, a IndyCar, neste final de semana. O brasileiro destacou o fato de poder acompanhar os carros da Indy de perto.

"É sempre especial poder correr na mesma pista e no final de semana de uma categoria incrível como é a Indy. Eu falo que é meu sonho um dia chegar lá, então estar ali perto dos carros, nos boxes, é uma sensação muito boa. A prioridade é fazer muitos pontos nessa rodada tripla da USF2000, mas como a corrida deles é somente domingo é bom que assim conseguimos acompanhar também", completa Nic.

Os treinos da USF2000 começaram na quinta-feira com duas sessões. As atividades seguem na sexta-feira com o treino livre às 13h45, classificação às 16h10 e a primeira corrida às 20h30. O sábado está reservado para a corrida 2 às 14h20 e a prova 3 às 22h05, todas com transmissão ao vivo no YouTube.

Foto/ Gavin Baker

Nic *Giaffone*

100º Campeonato Paulista Loterias Caixa de Atletismo Adulto reunirá feras do atletismo

O Campeonato Paulista Loterias Caixa de Atletismo Adulto será a grande atração esportiva do fim de semana na capital paulista. Alguns dos melhores nomes da modalidade no estado e também de outras federações participarão da 100ª edição, que faz parte das comemorações do centenário da entidade. Serão 840 atletas de 65 entidades e clubes, representando sete estados brasileiros, que prometem competições de alto nível técnico e muita emoção.

As disputas serão no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), com a programação dividida em seis etapas. Na sexta, as provas começarão a partir das 9h, ficando para as 8h no sábado e 6h30 no domingo, com entrada gratuita ao público. O COTP fica na Rua Pedro de Toledo, 1651, na Vila Clementino. Para chegar é fácil, pois fica ao lado da Estação AACD do Metro.

Atrações dentro da pista e também fora dela. Estão confirmadas feras da história do atletismo paulista e mundial. Estão confirmados os medalhistas olímpicos e mundiais como Robson Caetano, André Domingos, Maurren Maggi, Thaissa Presti, Rosemar Coelho, Arnaldo de Oliveira, José Codó Moreira, Jadel Gregório e Mauro Duda. Os organizadores ainda aguardam as respostas de Darlan Romani e Fabiana Murer.

Outra atração será uma exposição de imagens dos atletas medalhistas de mundiais e Jogos Olímpicos que foram filiados. Para se ter uma ideia da importância do atletismo paulista na história, dos 33 medalhistas de mundiais e olimpíadas do Brasil, 26 foram de clubes filiados à FPA.

No ano passado, na classificação geral, a ADC SBC levou a melhor na Divisão Especial. O clube totalizou 406 pontos, seguido pelo Esporte Clube Pinheiros, com 248, e Orcampi, com 187. Já na Primeira Divisão, a vitória foi do COTP, com 267 pontos, ficando o Praia Vôlei Clube em segundo, 224, e o Instituto Athlon de Desenvolvimento Esportivo, com 143.

Como se vê, a presença de representantes de várias regiões do estado confirma o forte trabalho realizado por entidades, gestores, treinadores e atletas filiados à Federação Paulista de Atletismo. Graças a eles, São Paulo pode se orgulhar de ser uma potência no atletismo nacional, sempre brigando em alto nível pelos primeiros lugares.

A programação de provas está disponível no site oficial, ou pelo link https://api.atletismopaulista.com.br/storage/events/ddABwuEkYAozRYelm U6A14x5Lbuvtuo7HkXViQO8.pdf.

O 100º Campeonato Paulista Loterias Caixa de Atletismo Adulto é uma realização da Federação Paulista de Atletismo, com patrocínio de Loterias CAIXA e Recoma, e apoio do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP). Mais informações, www.atletismopaulista.com.br